

**AUDITOR ESTADUAL DE CONTROLE - ÁREA 1: AUDITORIA
(PÓS-EDITAL)**

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

- o cartão-resposta das questões objetivas.

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova, é possível retirar-se da sala, levando o caderno de questões.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confirme seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e siga atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

Baseado no formato de prova aplicado pela banca FGV



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifícil_jogofácil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2510203492M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Controladoria-Geral do Estado de São Paulo
CGE SP

CARGO:

Auditor Estadual de Controle - Área 1 – Auditoria

MODELO/BANCA:

FGV - Fundação Getúlio Vargas

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

10/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

10/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

CGE SP - 1º SIMULADO - AUDITOR ESTADUAL DE CONTROLE - ÁREA 1: AUDITORIA (PÓS-EDITAL)

Língua Portuguesa

Letícia Bastos

1

“O tempo, outrora visto como uma linha contínua de progresso, fragmentou-se em instantes descontínuos e descartáveis. Vive-se na sucessão de urgências, e não mais na construção de permanências. A velocidade transformou-se em valor, e o presente, em tirano.”

Fonte: BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Considerando os diferentes níveis de **interpretação e decodificação da mensagem**, assinale a alternativa que apresenta a leitura mais adequada à intenção comunicativa do texto.

- (A) O texto transmite uma mensagem predominantemente informativa, descrevendo objetivamente a mudança da percepção do tempo na sociedade contemporânea.
- (B) A mensagem central do texto é otimista, ressaltando que a fragmentação do tempo trouxe maior liberdade de escolha e de adaptação ao indivíduo moderno.
- (C) O texto expressa uma visão nostálgica, propondo o retorno ao modelo linear de tempo como solução para os dilemas da modernidade líquida.
- (D) A mensagem do texto é analítica, mas neutra, pois apenas relata transformações culturais sem emitir juízos de valor sobre elas.
- (E) A mensagem é crítica e simbólica, pois, por meio de metáforas e contrastes, o autor denuncia a perda de estabilidade e o domínio da velocidade como tirania do presente.

2

“O homem moderno vive cercado de respostas, mas carece de perguntas. A avalanche de informações não significa conhecimento, e a multiplicação de vozes não garante diálogo. Saber muito não é o mesmo que compreender; acumular dados não é o mesmo que possuir sabedoria.”

Fonte: Adaptado de MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

Com base na leitura do texto, assinale a alternativa que melhor traduz o **sentido global da mensagem** expressa pelo autor.

- (A) O texto alerta para a confusão contemporânea entre quantidade de informação e qualidade de compreensão, ressaltando a importância do pensamento crítico.
- (B) O autor defende a superioridade do conhecimento técnico sobre o filosófico, enfatizando a necessidade de respostas rápidas no mundo moderno.
- (C) A mensagem central do texto celebra a democratização da informação como forma de consolidar o saber coletivo e a autonomia intelectual.
- (D) O texto apresenta uma visão pessimista, afirmando que a sociedade moderna é incapaz de produzir qualquer forma de conhecimento verdadeiro.
- (E) O autor demonstra neutralidade diante do excesso de informações, apenas descrevendo as transformações cognitivas sem emitir juízos de valor.

3

A partir da leitura do texto, é correto afirmar que a reflexão de Morin sugere que:

- (A) A comunicação contemporânea evoluiu para um modelo mais participativo, no qual o acesso à informação estimula o diálogo e o pensamento crítico.
- (B) O progresso tecnológico garante a democratização do saber e o fortalecimento da consciência coletiva, reduzindo a desigualdade intelectual.
- (C) A abundância de informações pode gerar alienação intelectual, pois o excesso de dados não necessariamente conduz à compreensão ou à sabedoria.
- (D) A sociedade moderna conquistou equilíbrio entre informação e reflexão, tornando-se capaz de transformar conhecimento em sabedoria prática.
- (E) O autor considera que o acúmulo de informações, mesmo que superficial, é condição suficiente para o desenvolvimento de uma cultura crítica.

4

Com base nos **processos de construção de sentido** observáveis no texto, assinale a alternativa que melhor explicita o modo como o autor organiza suas ideias para sustentar a crítica apresentada.

- (A) O autor elabora uma enumeração de conceitos científicos, com o objetivo de demonstrar empiricamente como o homem moderno se tornou mais racional.
- (B) A argumentação é construída sobre uma narrativa simbólica, em que o autor descreve situações hipotéticas que exemplificam o comportamento humano diante do saber.
- (C) O texto se apoia em uma sequência de comparações explícitas entre o pensamento moderno e o pensamento clássico, destacando a superioridade do primeiro.
- (D) O autor emprega linguagem denotativa e objetiva, priorizando a apresentação neutra dos fatos, sem recorrer a figuras de contraste ou paralelismo.
- (E) O sentido do texto resulta da construção de **oposições semânticas** e **paralelismos sintáticos**, por meio dos quais se reforça a distância entre informação e sabedoria, quantidade e compreensão.

5

“A leitura não é um ato de decifrar letras, mas de construir sentidos. Cada leitor, ao se debruçar sobre um texto, traz consigo um repertório de experiências, valores e expectativas que dialogam com o que lê. Assim, o texto não é um objeto fixo, mas um campo de possibilidades interpretativas, que só se realiza plenamente no encontro com o leitor.”

Fonte: Adaptado de ECO, Umberto. *Os limites da interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

Com base nas **características básicas da textualidade**, assinale a alternativa que identifica corretamente o princípio que estrutura a concepção de texto apresentada por Umberto Eco.

- (A) O texto enfatiza a coesão lexical, mostrando que o principal critério de textualidade é a repetição vocabular entre as frases e a unidade morfossintática.
- (B) O autor destaca o papel da coerência sequencial, pois o leitor constrói o sentido apenas a partir da organização lógica interna das ideias do texto.
- (C) O texto evidencia a interatividade entre autor e leitor, defendendo que a textualidade se concretiza na **intencionalidade e na aceitabilidade**, isto é, na relação comunicativa entre quem produz e quem interpreta.
- (D) O fragmento centra-se na informatividade, pois descreve como o texto deve sempre trazer dados novos, evitando interpretações múltiplas.
- (E) O autor define a textualidade como produto autônomo, cujo sentido independe das intenções do emissor e das interpretações do receptor.

6

“A leitura não é um ato de decifrar letras, mas de construir sentidos. Cada leitor, ao se debruçar sobre um texto, traz consigo um repertório de experiências, valores e expectativas que dialogam com o que lê. Assim, o texto não é um objeto fixo, mas um campo de possibilidades interpretativas, que só se realiza plenamente no encontro com o leitor.”

Fonte: Adaptado de ECO, Umberto. *Os limites da interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

Considerando as **estruturas linguísticas** empregadas na construção da mensagem, assinale a alternativa que identifica corretamente o **efeito de sentido produzido pelo uso das classes de palavras** no texto.

- (A) O uso predominante de substantivos concretos reforça o caráter objetivo da argumentação, enfatizando a leitura como atividade mecânica e literal.
- (B) Os verbos de ação (“decifrar”, “ler”, “realizar”) expressam dinamismo físico, acentuando a natureza prática e utilitária do ato de ler.
- (C) O predomínio de **substantivos abstratos e verbos de estado** (“construir”, “trazer”, “dialogar”) confere ao texto um caráter reflexivo, destacando a leitura como processo mental e interativo.
- (D) Os adjetivos de valor absoluto (“fixo”, “pleno”) sugerem ausência de relativização, indicando que o autor defende uma única forma de interpretação textual.
- (E) A presença de advérbios e pronomes de intensidade (“plenamente”, “cada”) indica o caráter hiperbólico da argumentação, voltada à emoção do leitor.

7

Com base nos **pressupostos pragmáticos da linguagem**, assinale a alternativa que melhor expressa a **relação entre o contexto comunicativo e o significado** no texto de Eco.

- (A) O texto reflete uma concepção de linguagem puramente estrutural, em que o sentido depende apenas da combinação formal das palavras e regras gramaticais.
- (B) O autor defende que o texto possui significado fixo, independente do contexto de leitura ou das intenções do leitor.
- (C) O sentido da leitura, segundo o texto, é determinado exclusivamente pela intenção do autor, cabendo ao leitor apenas reconhecê-lo.
- (D) O fragmento afirma que o significado é literal e universal, sendo o mesmo para qualquer leitor, em qualquer tempo e contexto cultural.
- (E) O texto evidencia que o **significado é construído pragmaticamente**, resultando da interação entre o repertório do leitor e as intenções do autor, de modo que o contexto influencia diretamente o sentido produzido.

8

No contexto do texto, assinale a alternativa em que a **relação vocabular proposta** está **correta quanto à classe e ao sentido semântico** das palavras.

- (A) “Fixo” e “instável” estabelecem relação de **antonímia contextual**, pois o texto contrapõe a ideia de rigidez à de dinamismo na construção dos sentidos.
- (B) “Sentidos” e “intenções” são **sinônimos perfeitos**, já que ambos designam o mesmo conceito de compreensão textual.
- (C) “Repertório” e “experiências” configuram **homonímia**, pois possuem a mesma grafia e som, mas sentidos distintos.
- (D) “Leitura” e “interpretação” são **parônimos**, pois se assemelham na forma e apresentam sentidos diferentes.
- (E) “Texto” e “contexto” são **heterônimos**, já que se opõem semanticamente e pertencem a campos lexicais diferentes.

9

Considerando os **modos de organização discursiva no texto de Eco**, assinale a alternativa que identifica corretamente o **modo predominante** no texto e a forma como ele contribui para a construção da mensagem.

- (A) O texto é predominantemente narrativo, pois relata uma sequência de ações que exemplificam o processo de leitura e interpretação.
- (B) O texto é descritivo, uma vez que se dedica a detalhar o comportamento do leitor e a caracterizar o ato de leitura com base em suas particularidades sensoriais.
- (C) O texto é expositivo-argumentativo, pois apresenta conceitos e reflexões com base em raciocínios abstratos, sustentando uma tese sobre a natureza interativa da leitura.
- (D) O texto é injuntivo, já que propõe instruções ao leitor sobre como realizar uma leitura adequada e crítica.
- (E) O texto é predominantemente dialogal, uma vez que estabelece um intercâmbio direto de falas entre autor e leitor.

10

Considerando a **organização das frases em situações comunicativas**, assinale a alternativa que melhor explica o modo como a estrutura frasal do texto contribui para a intenção comunicativa do autor.

- (A) As frases são curtas e independentes, o que confere ao texto caráter objetivo e impessoal, reforçando o tom informativo e neutro da exposição.
- (B) As orações são coordenadas aditivas, o que imprime ritmo linear e favorece a enumeração de ações concretas realizadas pelo leitor.
- (C) A construção frasal privilegia orações nominais e elípticas, aproximando o texto de uma linguagem coloquial e de natureza dialogal.
- (D) O encadeamento sintático é predominantemente hipotético-condicional, de modo a criar uma sequência lógica entre premissa e consequência.
- (E) As frases são compostas por **orações complexas e subordinadas explicativas**, o que permite ao autor **articular ideias conceituais de modo progressivo e argumentativo**, adequado ao caráter ensaístico e reflexivo do texto.

11

“A tecnologia promete aproximar as pessoas, mas frequentemente as isola em bolhas de interação previsível. As telas refletem mais o rosto do próprio usuário do que o mundo que o cerca. Nunca se falou tanto e se escutou tão pouco.”

Fonte: Adaptado de HAN, Byung-Chul. A sociedade da transparência. Petrópolis: Vozes, 2017.

Com base no texto e na distinção entre **linguagem lógica** e **linguagem figurada**, assinale a alternativa que identifica corretamente o **uso e a função da linguagem figurada** no fragmento.

- (A) A expressão “as telas refletem mais o rosto do próprio usuário do que o mundo que o cerca” é metafórica, pois traduz simbolicamente o isolamento contemporâneo e reforça, de modo figurado, a crítica ao narcisismo digital.
- (B) O texto é composto apenas por linguagem lógica, uma vez que descreve de modo objetivo e literal os efeitos da tecnologia nas relações humanas.
- (C) O autor utiliza linguagem figurada apenas no primeiro período, enquanto as demais frases apresentam caráter puramente informativo e denotativo.
- (D) A linguagem figurada está presente na última frase, mas com função meramente estética, sem contribuir para a crítica central do texto.
- (E) A linguagem lógica predomina em todo o fragmento, pois o autor busca demonstrar, com neutralidade, os benefícios comunicativos da tecnologia digital.

12

“O futuro não é um lugar para onde estamos indo, mas algo que estamos construindo. Cada escolha, cada gesto, cada silêncio molda o que virá. O amanhã é menos uma promessa e mais uma responsabilidade.”

Fonte: Adaptado de FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.*

Considerando as **funções da linguagem** e a **intenção comunicativa** do texto, assinale a alternativa que identifica corretamente a **função predominante** e seu efeito de sentido.

- (A) Predomina a **função conativa**, pois o texto procura provocar uma reação no leitor, instigando-o à ação e à reflexão sobre seu papel na construção do futuro.
- (B) O texto é marcado pela função referencial, já que apresenta informações objetivas e descritivas sobre a noção de futuro.
- (C) O fragmento evidencia a função fática, pois busca manter o contato com o leitor por meio de expressões que reforçam a continuidade da comunicação.
- (D) A função metalinguística prevalece, visto que o texto trata da própria linguagem como forma de representação simbólica do tempo.
- (E) O texto manifesta função poética, pois o autor emprega figuras de linguagem apenas com a finalidade estética, sem relação com a mensagem ideológica.

Língua Inglesa

Roberto Witte

The Future of Auditing and Internal Auditing

The auditing and internal auditing (IA) professions are undergoing significant transformation due to technological advancements, increasing regulations, and stakeholder demands. The future requires auditors and IA professionals to adapt and embrace new skills.

Key Technological Drivers:

- **AI and ML:** Automate tasks, analyze data, and provide predictive insights, allowing for a focus on higher-value activities.

- **Data Analytics:** Crucial for identifying patterns and risks within large datasets.

- **Blockchain:** Offers potential for enhanced security and transparency, requiring auditors to understand and audit these systems.

- **RPA:** Automates rule-based tasks, freeing up auditors for more strategic work.

Evolving Skills:

- Data analysis, IT audit, and cybersecurity expertise are becoming essential.

- Strong communication, critical thinking, and continuous learning are crucial.

Impact on IA:

- Improved risk assessment and proactive assurance.
- Continuous auditing for real-time monitoring.
- A more strategic role in achieving organizational objectives.
- Increased efficiency and effectiveness through automation.

Challenges and Opportunities:

- Addressing the skills gap in areas like data analytics and IT audit.
- Ensuring data privacy and security.
- Considering ethical implications of AI.
- Embracing opportunities to adapt and leverage new technologies.

The future of auditing and IA is dynamic. Professionals who embrace technology, develop new skills, and adapt to change will play a vital role in ensuring organizational integrity and effectiveness.

13

The text's focus on the future of auditing and internal auditing suggests that the adoption of new technologies and skills may:

- (A) Increase the risk of ethical breaches within auditing practices.
- (B) Make the role of auditors less relevant in the long run.
- (C) Present challenges related to the skills gap and data privacy.
- (D) Result in a decrease in the importance of communication skills.
- (E) Simplify the auditing process, requiring less expertise.

14

Based on the text, which of the following is NOT explicitly identified as a key technological driver shaping the future of auditing and internal auditing?

- (A) Artificial Intelligence and Machine Learning
- (B) Data Analytics
- (C) Cloud Computing
- (D) Blockchain
- (E) Robotic Process Automation

15

According to the text, what is a primary benefit of Robotic Process Automation (RPA) in the context of auditing and internal auditing?

- (A) It eliminates the need for human auditors.
- (B) It allows auditors to focus on more strategic work.
- (C) It replaces the need for data analysis skills.
- (D) It makes risk assessment less important.
- (E) It decreases the need for cybersecurity expertise.

16

Regarding the content of the Text, analyze the statements below:

I - Artificial intelligence (AI) and machine learning (ML) are technologies that can automate repetitive tasks in auditing.

II - Data analysis is considered a secondary skill for auditors in the future.

III - Continuous auditing allows for real-time monitoring of organizational controls.

IV - Automation and data analysis have no impact on the efficiency of internal auditing activities.

The correct statements are only:

- (A) I and II;
- (B) I and IV;
- (C) II and III;
- (D) III and IV;
- (E) I and III.

17

The text suggests that the future of auditing and IA professionals requires them to:

- (A) Avoid embracing new technologies.
- (B) Focus solely on traditional auditing methods.
- (C) Develop new skills and adapt to change.
- (D) Ignore ethical implications of AI.
- (E) Prioritize data privacy over all other concerns.

State Auditors – some challenges

Being a State Auditor presents a **unique** set of challenges, often involving navigating complex legal frameworks and political landscapes.

A significant **hurdle** is the **sheer scope and complexity** of the work. State auditors are responsible for overseeing a wide range of activities, from financial audits to performance evaluations of government programs.

Furthermore, auditors often face time constraints and resource limitations, making it difficult to conduct thorough investigations. Finally, State Auditors must possess excellent **communication and interpersonal skills**. They need to effectively communicate their findings to a variety of stakeholders, including government officials, the public, and the media. This often involves presenting complex information in a clear and concise manner, defending their conclusions, and navigating potentially contentious situations. The ability to build relationships and foster trust is crucial for ensuring the acceptance and implementation of audit recommendations, ultimately contributing to better governance and public accountability.

18

Which word is a synonym for "unique" as used in the first paragraph?

- (A) Common
- (B) Ordinary
- (C) Exceptional
- (D) Typical
- (E) Standard

19

According to the text, what is another significant hurdle for State Auditors?

- (A) The need to be experts in law only
- (B) The ability to withstand pressure
- (C) The scope and complexity of the work
- (D) The lack of communication skills
- (E) The need to be experts in accounting only

20

Which word is a synonym for "furthermore" as used in the second paragraph?

- (A) However
- (B) Moreover
- (C) Consequently
- (D) Therefore
- (E) Nevertheless

Fundamentos de Auditoria Governamental Ismael Noronha

21

Nos termos da Constituição de SP, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de, exceto:

- (A) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado.
- (B) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- (C) Exercer o controle sobre o deferimento de vantagens e a forma de calcular qualquer parcela integrante do subsídio, vencimento ou salário de seus membros ou servidores.
- (D) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado.
- (E) Apoiar o Ministério Público, no exercício de sua missão institucional.

22

Nos termos da CE de SP, podem denunciar irregularidades ao Tribunal de Contas ou à Assembleia Legislativa as seguintes pessoas ou instituições, exceto:

- (A) Partidos políticos.
- (B) Sindicatos.
- (C) Fundações.
- (D) Associações.
- (E) Cidadãos.

23

Constituem atribuições da Controladoria Geral do Estado, exceto:

- (A) Adotar as providências necessárias à defesa do patrimônio público, à realização do controle interno, por intermédio da Auditoria Interna Governamental, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de Ouvidoria, à promoção da integridade e ao incremento da transparência, da participação e do controle social no âmbito da Administração Pública estadual.
- (B) Realizar inspeções e avaliações de procedimentos administrativos disciplinares e de responsabilização em curso nos órgãos e entidades estaduais para exame de regularidade, condução de seus atos, declaração de nulidade, correção de falhas e adoção de outras providências voltadas ao desempenho de seus trabalhos ou atividades.
- (C) Coordenar e responder pela orientação técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.
- (D) Executar ações integradas com outros órgãos e entidades de combate à corrupção.
- (E) Propor à Assembleia Legislativa medidas legislativas ou administrativas, no âmbito de suas atribuições.

24

São competências do Controlador Geral do Estado, exceto:

- (A) Coordenar, supervisionar e orientar as atividades desenvolvidas pelas unidades da Controladoria Geral do Estado.
- (B) Oficiar as autoridades competentes nos casos de improbidade administrativa e de indícios da prática de conduta criminosa, para as providências necessárias.
- (C) Requisitar, justificadamente, a órgão ou a entidade da Administração Pública estadual as informações e os documentos necessários às atividades da Controladoria Geral do Estado.
- (D) Determinar a realização de inspeções para exame de regularidade de sindicâncias, processos disciplinares e de responsabilização e para proposição de adoção de providências.
- (E) Instaurar, nos termos do decreto regulamentar, sindicâncias, processos administrativos, incluindo disciplinares e de responsabilização, e constituir comissões para seu processamento.

25

Sobre a Carreira do Auditor Estadual de Controle de SP, marque a incorreta:

- (A) O Auditor Estadual de Controle fica sujeito ao regime disposto na Lei n. 10.261, de 28 de outubro de 1968, e à Jornada Completa de Trabalho, caracterizada pela exigência da prestação de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.
- (B) São atribuições privativas dos Auditores Estaduais de Controle a execução da Auditoria Interna Governamental no âmbito da Administração Pública direta.
- (C) As atribuições dos Auditores Estaduais de Controle têm natureza de atividade privativa de Estado.
- (D) A promoção funcional dar-se-á pela passagem do cargo do Auditor Estadual de Controle para a categoria imediatamente superior, dentro do mesmo nível da carreira, mediante processo de avaliação de desempenho, a ser realizado anualmente, obedecidas as condições e exigências a serem estabelecidas em decreto regulamentar.
- (E) Poderão participar do processo de promoção os servidores que tenha cumprido um interstício mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício na última categoria dos níveis da carreira.

26

A Auditoria Geral do Estado possui as seguintes competências, exceto:

- (A) Exercer a função de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.
- (B) Realizar atividades de auditoria e fiscalização, zelando pela observância aos princípios constitucionais e legais pertinentes.
- (C) Subsidiar o Controlador Geral do Estado em matérias relacionadas ao seu âmbito de atuação.
- (D) Exercer a função de órgão central do Sistema de Transparência, no que tange às atribuições voltadas à transparência ativa.
- (E) Elaborar plano anual de auditoria interna, indicando os serviços de auditoria ou consultoria a serem realizados, de acordo com os critérios de planejamento e priorização estabelecidos em normativo específico.

27

Segundo o Decreto-Lei n. 69.183/2024, para instrução dos procedimentos da Controladoria Geral do Estado, os Corregedores e Auditores Estaduais de Controle poderão, exceto:

- (A) Requisitar documentos que julgarem necessários, ainda que inseridos em procedimentos conclusos ou arquivados, para serem examinados na sede da Controladoria Geral do Estado, lavrando-se os respectivos termos de requisição e recebimento.
- (B) Acompanhar as apurações preliminares, sindicâncias ou processos administrativos disciplinares promovidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta.
- (C) Ter acesso livre e amplo aos atos processuais de que trata o inciso II deste artigo e aos respectivos autos, bem como requisitar, quando necessário, cópias das peças que os instruem.
- (D) Colher declarações e depoimentos, bem como receber denúncias ou reclamações que possam revelar ou esclarecer irregularidades administrativas.
- (E) Independentemente de autorização prévia, apreender documentos, arquivos e outros elementos necessários à complementação de prova em procedimento da Controladoria Geral do Estado.

28

A avaliação e a consultoria são as duas vertentes típicas da atividade de auditoria interna. Quanto à avaliação, marque a incorreta:

- (A) O trabalho de avaliação, como parte das atividades de auditoria interna, pode ser definido como a obtenção e a análise de evidências com o objetivo de fornecer opiniões ou conclusões independentes sobre um objeto de auditoria.
- (B) A avaliação Financeira ou de Demonstrações Contábeis busca a obtenção e a avaliação de evidências a respeito das demonstrações contábeis de um órgão ou de uma entidade para emitir opinião indicando se sua apresentação está adequada e de acordo com os princípios contábeis.
- (C) A avaliação de Conformidade ou Compliance visa à obtenção e à avaliação de evidências para verificar se certas atividades financeiras ou operacionais de um objeto de auditoria selecionado obedecem às condições, às regras e aos regulamentos a ele aplicáveis.
- (D) A avaliação Operacional ou de Desempenho obtém e avalia evidências a respeito da eficiência e da eficácia das atividades operacionais de um objeto de auditoria, podendo ser este, por exemplo, um órgão ou uma entidade, um departamento, uma política pública, um processo ou uma atividade.
- (E) A avaliação é composta basicamente das seguintes etapas: planejamento, execução, comunicação dos resultados, monitoramento e consultoria.

29

Sobre a apuração fraudes, marque a incorreta:

- (A) Todos na organização têm um papel a desempenhar na manutenção de um ambiente íntegro e, conseqüentemente, no combate à fraude.
- (B) Todos são responsáveis por garantir que as suspeitas de fraude sejam devidamente investigadas e solucionadas.
- (C) A evidenciação dos esquemas de fraude por vezes necessita da aplicação de meios que extrapolam o conhecimento comum e as prerrogativas legais da atividade de auditoria interna governamental. A equipe de apuração, com o objetivo de manter a sua proficiência, deve obter conhecimentos e habilidades suficientes sobre esquemas de fraude, técnicas de investigação e legislação aplicável, bem como buscar apoio especializado e manter bom relacionamento com as demais instituições de defesa do Estado.
- (D) Os crimes da Lei de Licitações, notadamente o caso da fraude ao caráter competitivo do certame, são exemplos de fraudes.
- (E) A apuração de fraude, assim como as demais atividades da função de auditoria interna governamental, está dividida nas etapas de planejamento, execução, comunicação dos resultados e monitoramento.

30

Sobre a execução do trabalho de auditoria, marque a incorreta:

- (A) O estabelecimento de uma comunicação eficaz com a Unidade Auditada durante todo o processo de auditoria é fundamental para o bom desenvolvimento dos trabalhos.
- (B) Durante a fase de execução da auditoria, poderão ocorrer reuniões com a Unidade Auditada para esclarecer pontos específicos relativos ao objeto auditado, assim como para analisar e discutir os achados de auditoria.
- (C) As evidências de auditoria são as informações coletadas, analisadas e avaliadas pelo auditor para apoiar os achados e as conclusões do trabalho de auditoria. Constituem meio de informação ou de prova para fundamentar a opinião da UAIG e, ao mesmo tempo, reduzir o risco de auditoria a um nível aceitável.
- (D) O atributo da utilidade assegura que a evidência esteja diretamente relacionada aos objetivos e ao escopo do trabalho. A avaliação do que seja uma informação relevante é também uma questão de lógica e de julgamento profissional.
- (E) Os atributos das evidências estabelecidos pelo Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental, são a suficiência, a confiabilidade, a fidedignidade, a relevância e a utilidade. A suficiência é uma medida de quantidade de evidência da auditoria; as demais, são medidas de qualidade (adequação).

31

Sobre o propósito e a abrangência da auditoria interna governamental, marque a incorreta:

- (A) A estrutura de controles internos dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual possui quatro linhas de defesa da gestão e deve informar, de maneira clara, quais são as responsabilidades de todos os envolvidos, provendo uma atuação coordenada e eficiente, sem sobreposições ou lacunas.
- (B) A auditoria interna governamental é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização.
- (C) A atividade de auditoria interna governamental tem como propósito aumentar e proteger o valor organizacional das instituições públicas, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco.
- (D) A atividade de auditoria interna governamental no Poder Executivo Estadual é exercida pelas seguintes Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG): Controladoria Geral do Estado (CGE), por meio da Coordenadoria de Auditoria Interna e Governamental e Auditorias internas singulares (Audin) dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Indireta;
- (E) De forma a assegurar sua adequação e eficácia, os controles internos devem ser integrados ao processo de gestão, dimensionados e desenvolvidos na proporção requerida pelos riscos, de acordo com a natureza, a complexidade, a estrutura e a missão da organização.

32

A respeito do Sistema De Controle Interno Do Poder Executivo Estadual, marque a incorreta:

- (A) A atuação da CGE abrange todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, incluindo as empresas estatais e qualquer pessoa física ou jurídica que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos estaduais.
- (B) A Controladoria Geral do Estado de São Paulo é o órgão central do Sistema de Controle Interno. Tem a atribuição de prover orientação normativa e supervisão técnica às UAIG.
- (C) Compete à CGE estabelecer diretrizes quanto à realização de ações integradas pelas UAIG, de forma a promover atuação harmônica no contexto das competências concorrentes e o fortalecimento recíproco das UAIG.

- (D) As Assessorias Especiais de Controle Interno (AECI), caso existam, deverão, no desempenho das funções de apoio à atuação do SCI, observar as orientações normativas da Controladoria Geral do Estado e exercer suas atividades em conformidade com os princípios estabelecidos neste Referencial Técnico.
- (E) Nos casos em que forem identificadas irregularidades que requeiram procedimentos adicionais com vistas à apuração, à investigação ou à proposição de ações judiciais, as UAIG devem zelar pelo adequado e tempestivo encaminhamento dos resultados das auditorias às instâncias competentes.

Direito Constitucional**Rafael de Oliveira****33**

As normas constitucionais diferenciam-se quanto à sua eficácia e aplicabilidade, podendo ser classificadas em normas de eficácia plena, contida e limitada. A esse respeito, assinale a alternativa correta:

- (A) As normas de eficácia plena dependem de regulamentação infraconstitucional para produzirem todos os seus efeitos, sendo de aplicação indireta e mediata.
- (B) As normas de eficácia contida têm aplicação imediata, mas podem ter sua eficácia restringida por lei, por outro ato normativo ou pela própria Constituição.
- (C) As normas de eficácia limitada possuem aplicabilidade direta e imediata, sendo possível restringi-las por meio de lei complementar.
- (D) As normas de eficácia plena são aquelas que, embora autoaplicáveis, admitem ampliação de seu conteúdo por legislação ordinária.
- (E) As normas de eficácia contida e as de eficácia limitada produzem todos os efeitos jurídicos desde a promulgação da Constituição, sem necessidade de qualquer intervenção legislativa.

34

Durante uma operação policial, Rogério, servidor público, foi abordado em via pública e teve seu telefone celular apreendido pelos agentes, que passaram a vasculhar as mensagens e imagens armazenadas sem autorização judicial. Com base nessas conversas, foi instaurado um processo administrativo disciplinar que resultou em sua demissão. Inconformado, Rogério ajuizou mandado de segurança, alegando violação a direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988.

À luz do texto constitucional e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- (A) A conduta policial foi legítima, pois a apreensão de aparelho celular em flagrante delito autoriza o exame de seu conteúdo sem ordem judicial, desde que o investigado seja servidor público.
- (B) A Constituição Federal não protege comunicações digitais, apenas as comunicações telefônicas em tempo real, razão pela qual o acesso a mensagens já armazenadas não depende de ordem judicial.
- (C) O acesso a dados e mensagens armazenadas em celular apreendido sem prévia autorização judicial viola o direito fundamental à intimidade, à vida privada e ao sigilo das comunicações, tornando ilícitas as provas obtidas.
- (D) A apreensão do celular é suficiente para legitimar a quebra do sigilo de dados, desde que as informações colhidas sejam relevantes para a investigação de interesse público.
- (E) O direito à intimidade e à vida privada possui caráter relativo, podendo ser afastado por ato administrativo quando estiver em jogo o interesse da Administração Pública.

35

Durante forte enchente que atingiu determinado município, centenas de famílias ficaram desabrigadas. Diante da omissão do poder público municipal em fornecer abrigos, alimentação e atendimento médico emergencial, uma associação civil ingressou com ação civil pública para assegurar o cumprimento de direitos previstos na Constituição Federal de 1988, argumentando que o Estado tinha o dever de garantir condições mínimas de dignidade humana.

Com base no artigo 6º da Constituição e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- (A) Os direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição possuem natureza meramente programática, razão pela qual sua efetivação depende exclusivamente da conveniência política do Poder Executivo.
- (B) A Constituição assegura os direitos sociais, mas a atuação estatal em situações de calamidade pública é discricionária, não podendo ser imposta judicialmente, pois envolve questões orçamentárias.
- (C) A omissão do poder público na prestação de serviços essenciais, como moradia, saúde e alimentação, viola diretamente o princípio da dignidade da pessoa humana e autoriza a atuação do Poder Judiciário para assegurar a efetividade dos direitos sociais.
- (D) O direito à moradia e à alimentação, embora expressos no artigo 6º da Constituição, são de eficácia limitada, não podendo ser exigidos judicialmente sem a edição de lei regulamentadora.
- (E) Os direitos sociais, por serem normas de caráter coletivo, não podem ser objeto de tutela judicial, devendo sua proteção ocorrer apenas por meio de políticas públicas de iniciativa do Poder Executivo.

36

Os servidores de uma autarquia federal, insatisfeitos com o atraso no pagamento de gratificações, deliberaram em assembleia pela deflagração de greve, suspendendo integralmente as atividades administrativas. O governo ajuizou ação para declarar a ilegalidade do movimento, sob o argumento de que os servidores públicos civis não possuem direito de greve enquanto não houver lei específica que o regulamente.

Considerando o disposto no artigo 9º da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- (A) O direito de greve é absoluto e independe de qualquer regulamentação, bastando deliberação da categoria para sua legitimidade, ainda que envolva servidores públicos.
- (B) Enquanto não editada a lei específica prevista no artigo 37, VII, da Constituição, é vedado o exercício do direito de greve pelos servidores públicos civis, sob pena de abandono de função.
- (C) A ausência de lei regulamentadora não impede o exercício do direito de greve pelos servidores públicos civis, devendo aplicar-se, por analogia, a Lei n. 7.783/1989, que disciplina a greve na iniciativa privada.
- (D) O direito de greve dos trabalhadores é garantido apenas no setor privado, pois o regime jurídico dos servidores públicos exige subordinação plena ao interesse da Administração Pública.
- (E) O direito de greve é assegurado exclusivamente aos trabalhadores da iniciativa privada e aos empregados de empresas públicas submetidos ao regime da CLT, sendo incompatível com o regime estatutário.

37

O controle de constitucionalidade é um instrumento fundamental para assegurar a supremacia da Constituição e a coerência do ordenamento jurídico. A respeito desse tema, assinale a alternativa correta:

- (A) O controle de constitucionalidade destina-se apenas à verificação da compatibilidade de atos administrativos com a Constituição, não se aplicando às leis em sentido formal.
- (B) A função primordial do controle de constitucionalidade é garantir a supremacia da Constituição, restabelecendo a harmonia e a unidade do sistema jurídico diante de atos normativos incompatíveis com suas disposições.
- (C) O controle de constitucionalidade é restrito às normas federais, pois apenas o Supremo Tribunal Federal tem competência para analisar a constitucionalidade de atos provenientes do Congresso Nacional.

- (D) A inconstitucionalidade de uma lei gera mera irregularidade formal, não sendo causa suficiente para sua nulidade, já que a presunção de legitimidade impede a retirada do ordenamento jurídico.
- (E) O controle de constitucionalidade só é cabível quando houver violação de direitos fundamentais, não alcançando hipóteses de ofensa a normas constitucionais de caráter estrutural ou organizacional.

38

Com base nos artigos 1º a 4º da Constituição do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta:

- (A) O Estado de São Paulo exerce as competências que lhe forem expressamente conferidas pela Constituição Federal, não podendo atuar em matérias de competência residual.
- (B) A Constituição paulista prevê que apenas as ações de natureza penal terão procedimentos abreviados e custos reduzidos, em razão da relevância dos bens jurídicos protegidos.
- (C) A assistência jurídica integral e gratuita será prestada exclusivamente aos que comprovarem, por meio de documentação formal, a impossibilidade de arcar com as despesas processuais.
- (D) O devido processo legal, no âmbito administrativo, inclui a observância da igualdade entre os administrados, da publicidade dos atos, do contraditório, da ampla defesa e da motivação das decisões.
- (E) A Constituição do Estado de São Paulo atribui ao Poder Executivo competência exclusiva para disciplinar, por decreto, os procedimentos administrativos de defesa de direitos fundamentais.

39

Com base nos artigos 37 a 41 da Constituição do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta:

- (A) O Governador do Estado de São Paulo é eleito para mandato de cinco anos, admitida uma única reeleição consecutiva, conforme o disposto na Constituição Federal.
- (B) O Vice-Governador apenas substitui o Governador em caso de vacância definitiva do cargo, não havendo previsão constitucional de substituição temporária em caso de impedimento.
- (C) Vagando os cargos de Governador e Vice-Governador, a eleição para preenchê-los deverá ocorrer até sessenta dias após a abertura da última vaga, em conformidade com a Constituição Federal.
- (D) O Governador do Estado e o Vice-Governador são eleitos simultaneamente, com primeiro turno no primeiro domingo de outubro e segundo turno, se necessário, no último domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato vigente, tomando posse em 1º de janeiro do ano seguinte.
- (E) Em caso de impedimento simultâneo do Governador e do Vice-Governador, assumirá o exercício da Governança o Procurador-Geral de Justiça, até que cesse o impedimento ou sejam realizados novos pleitos.

40

Durante auditoria realizada em um Tribunal de Justiça estadual, o Tribunal de Contas verificou que os subsídios pagos a alguns desembargadores e juizes de primeiro grau ultrapassavam os limites estabelecidos na Constituição Federal, chegando, em certos casos, a igualar-se ao subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores. Diante da irregularidade, o Tribunal de Contas determinou a adequação dos valores e a devolução das quantias recebidas indevidamente.

Considerando o disposto na Constituição Federal acerca da fixação e escalonamento dos subsídios da magistratura, assinale a alternativa correta:

- (A) A Constituição permite que os Tribunais de Justiça estaduais fixem livremente o valor dos subsídios de seus magistrados, desde que aprovados por lei de iniciativa do próprio Poder Judiciário estadual.
- (B) O subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores deve ser equivalente a 100% do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, e o dos demais magistrados poderá ultrapassar esse valor mediante lei estadual específica.
- (C) O subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponde a 95% do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e os subsídios dos demais magistrados devem ser fixados em lei, escalonados de forma que a diferença entre as categorias não ultrapasse 10% nem seja inferior a 5%, observados os limites constitucionais de teto remuneratório.
- (D) O escalonamento dos subsídios dos magistrados estaduais pode ser livremente definido pelos Tribunais locais, desde que respeitada a autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário.
- (E) O subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores e dos magistrados estaduais é fixado por decreto do Presidente da República, com base em proposta do Conselho Nacional de Justiça, respeitado o teto constitucional.

Direito Administrativo**Maria Júlia****41**

Um fiscal interdito um supermercado por ausência de alvará, sem oportunizar regularização imediata, mesmo diante de pequeno atraso na renovação do documento. O proprietário impetrou mandado de segurança alegando violação à proporcionalidade. Considerando a doutrina e os princípios aplicáveis, é correto afirmar que:

- (A) O ato é válido, pois o poder de polícia é discricionário e não admite controle judicial.
- (B) O ato é inválido, pois o exercício do poder de polícia deve observar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
- (C) O ato é válido, pois a ausência de alvará é infração grave e autoriza sanção imediata.
- (D) O ato é anulável, desde que demonstrada má-fé da autoridade.
- (E) O ato é válido, desde que a sanção tenha sido posteriormente comunicada ao contribuinte.

42

Em um processo disciplinar, uma autoridade decide exonerar servidor de cargo em comissão, justificando “contenção de despesas”. Dias depois, o mesmo cargo é ocupado por outro servidor. Considerando a teoria dos motivos determinantes, conclui-se que:

- (A) O ato é válido, pois o cargo em comissão é de livre exoneração.
- (B) O ato é nulo, pois a motivação apresentada vincula a validade do ato à veracidade do motivo alegado.
- (C) O ato é válido, pois a motivação é irrelevante em atos discricionários.
- (D) O ato é convalidável, desde que o novo servidor tenha sido nomeado com base em outro fundamento.
- (E) O ato é legítimo, uma vez que a exoneração é ato político imune a controle jurisdicional.

43

Em contexto de reforma administrativa, determinado Estado pretende transferir a execução de parte de suas atribuições para uma nova fundação pública de direito privado. Considerando os institutos da organização administrativa, tal providência configura:

- (A) Desconcentração administrativa, pois cria nova estrutura hierarquizada dentro da mesma pessoa jurídica.
- (B) Centralização administrativa, pois concentra atividades em um órgão central.
- (C) Descentralização por outorga, pois transfere a titularidade e o exercício de determinada competência a uma pessoa jurídica distinta.
- (D) Descentralização por delegação, pois a titularidade da competência permanece com o Estado.
- (E) Publicização, pois substitui atividade pública por entidade privada sem vínculo estatal.

44

Em 2022, gestor público celebrou acordo de não persecução civil com o Ministério Público, comprometendo-se ao ressarcimento integral do dano e à perda da função. O Tribunal de Contas questionou a validade do acordo. Considerando a nova redação da LIA, é correto afirmar que:

- (A) O acordo é nulo, pois a LIA veda transação sobre ressarcimento.
- (B) O acordo é válido, pois expressamente previsto na Lei n. 8.429/1992 (art. 17-b).
- (C) O acordo é inválido, pois depende de homologação legislativa.
- (D) O acordo é válido apenas se celebrado após o trânsito em julgado.
- (E) O acordo é inválido, pois o ressarcimento deve ocorrer exclusivamente por decisão judicial.

45

Os serviços públicos podem ser classificados em gerais (uti universi) ou individuais (uti singuli). A esse respeito, analise as situações e assinale a alternativa correta:

- (A) O serviço de iluminação pública é considerado uti singuli, pois beneficia diretamente cada morador de forma mensurável.
- (B) A coleta de lixo domiciliar é serviço uti universi, pois seu uso é indivisível.
- (C) O fornecimento de água encanada é serviço uti singuli, pois permite mensuração individual e remuneração proporcional.
- (D) Os serviços uti universi são financiados por tarifas, já que seu uso é facultativo.
- (E) A telefonia pública é exemplo de serviço uti universi, pois todos os cidadãos podem utilizá-la indistintamente.

46

O art. 37, XXI, da Constituição Federal, em harmonia com a Lei n. 14.133/2021, consagra a licitação como regra geral das contratações públicas, orientada por princípios expressos e implícitos que delimitam o agir administrativo. Nesse contexto, à luz do sistema constitucional e infraconstitucional vigente, assinale a alternativa correta:

- (A) O dever de licitar vincula exclusivamente a Administração direta, não se estendendo às entidades da Administração indireta.
- (B) As concessões e permissões de serviços públicos podem ser dispensadas de licitação mediante autorização legislativa específica.
- (C) O edital pode exigir qualquer comprovação técnica ou econômica, desde que prevista em regulamento interno do órgão.
- (D) A licitação constitui regra, sendo a contratação direta exceção, restrita às hipóteses legalmente previstas de dispensa, inexigibilidade ou licitação dispensada.
- (E) A vinculação ao edital é princípio implícito, de natureza meramente procedimental, que pode ser relativizado para atender à conveniência administrativa.

LGPD**Leonardo Vasconcelos****47**

Um Auditor Estadual de Controle da CGE SP, ao analisar um contrato de um órgão público com uma empresa de tecnologia, verifica que o objeto do contrato envolve o tratamento de dados pessoais de cidadãos para a execução de uma política pública. O auditor precisa avaliar se o tratamento de dados está em conformidade com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018), especificamente no que tange ao tratamento pelo Poder Público.

Nesse cenário, assinale a afirmativa correta.

- (A) O tratamento de dados pessoais por órgãos públicos para a execução de políticas públicas dispensa a necessidade de atender aos princípios da finalidade e da necessidade, previstos na LGPD.
- (B) O consentimento do titular é a única base legal que autoriza o Poder Público a realizar o tratamento de dados pessoais, devendo ser obtido para todas as finalidades.
- (C) O Poder Público pode realizar o tratamento de dados pessoais para o atendimento de sua finalidade pública e na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público.
- (D) A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais de uma pessoa jurídica de direito público a uma de direito privado é permitida sem restrições, desde que haja um contrato entre as partes.
- (E) Órgãos públicos são isentos da obrigação de nomear um encarregado pelo tratamento de dados pessoais, função exigida apenas para empresas privadas.

48

A Secretaria de Saúde de um Estado planeja compartilhar com a Secretaria de Educação do mesmo Estado uma base de dados contendo informações pessoais de estudantes da rede pública, incluindo dados de saúde, para a realização de um estudo estatístico sobre o impacto da saúde no desempenho escolar. A finalidade é aprimorar políticas públicas integradas entre as duas áreas.

Considerando as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018) sobre o tratamento de dados pelo Poder Público, a referida comunicação de dados

- (A) é vedada, pois o compartilhamento de dados sensíveis entre órgãos públicos distintos exige, em qualquer hipótese, o consentimento explícito e individualizado dos pais ou responsáveis de cada titular.
- (B) é permitida, desde que a finalidade seja a execução de políticas públicas previstas em lei, dentro da competência legal de cada órgão, e que sejam observados os princípios da LGPD.
- (C) só é permitida se os dados forem previamente e irreversivelmente anonimizados, tornando impossível a identificação dos titulares.
- (D) é permitida, mas transfere automaticamente a responsabilidade de controlador dos dados para a Secretaria de Educação, isentando a Secretaria de Saúde de futuras obrigações.
- (E) necessita de autorização prévia da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) para cada transferência, por se tratar de dados de saúde.

Administração Pública e Políticas Públicas

Leonardo Albernaz

49

O ciclo das políticas públicas é frequentemente representado por fases interligadas, como construção de agenda, formulação, decisão, implementação e avaliação. Considerando essa abordagem, assinale a alternativa incorreta:

- (A) A agenda governamental resulta de um processo de seleção de problemas que combina janelas de oportunidade, mobilização de atores e capacidade estatal de resposta.
- (B) A formulação da política corresponde à elaboração de alternativas e instrumentos, muitas vezes sob restrições de informação, tempo e recursos.
- (C) A decisão pública é um ato puramente técnico, no qual a racionalidade substantiva prevalece e as preferências políticas dos atores são, por definição, minimizadas.
- (D) A implementação envolve a tradução de diretrizes em ações, com atuação de burocracias de rua e arranjos interorganizacionais.
- (E) A avaliação pode retroalimentar qualquer fase, ajustando desenho, execução e critérios de sucesso.

50

Sobre diferenças entre avaliação ex ante e ex post de políticas públicas, assinale a alternativa correta:

- (A) A avaliação ex ante é feita apenas após a execução da política e mede exclusivamente impactos finais.
- (B) A avaliação ex post foca cenários e suposições contrafactuais antes da implementação para prever custo-benefício.
- (C) A avaliação ex post não utiliza indicadores, baseando-se em narrativas qualitativas.
- (D) A avaliação ex ante subsidia a decisão antes da adoção, estimando valor público esperado, custos, riscos e alternativas.
- (E) Avaliações ex ante e ex post diferenciam-se essencialmente pelo método estatístico adotado.

51

Quanto ao ciclo do planejamento em organizações públicas, assinale a alternativa incorreta:

- (A) A análise do ambiente combina diagnóstico interno (capacidades, processos, recursos) e externo (stakeholders, contexto político, riscos, oportunidades).
- (B) Missão expressa o propósito atual da organização; visão projeta um futuro desejado; valores orientam conduta e decisão.
- (C) Objetivos estratégicos devem ser vagos para permitir liberdade de interpretação e decisão pelas unidades executoras.
- (D) O desdobramento estratégico conecta objetivos a metas, iniciativas, responsáveis, prazos e indicadores.
- (E) O ciclo é iterativo: aprendizados de execução e avaliação realimentam missão, visão e objetivos.

52

Sobre Gestão Por Resultados (GPR) aplicada a serviços públicos, assinale a alternativa correta:

- (A) GPR prioriza controles de insumo e conformidade documental, prescindindo de métricas de desempenho.
- (B) GPR centra-se em produtos e resultados para o cidadão, articulando indicadores, metas e incentivos ao desempenho.
- (C) Para a GPR contemporânea, mais flexível, a mensuração de resultados é prescindível desde que haja relatos qualitativos positivos em quantidade suficiente.
- (D) A lógica de GPR dispensa contratos de gestão, pois a orientação a resultados é incompatível com instrumentos formais.
- (E) A adoção de GPR impede ajustes durante a execução, já que metas devem permanecer fixas durante os ciclos de gestão estipulados.

53

Acerca dos conceitos atuais de governabilidade e governança, não se pode afirmar que:

- (A) Governabilidade envolve base de apoio político e coalizões para aprovar políticas e diretrizes.
- (B) Governança pública envolve accountability, transparência, integridade, participação e coordenação em redes.
- (C) A baixa governabilidade pode dificultar reformas mesmo quando a governança administrativa é robusta.
- (D) Governança corresponde à autoridade política de um governo para adotar decisões consideradas legítimas pela sociedade.
- (E) A boa governança pode mitigar riscos de captura e assimetria de informação por meio de arranjos de controle e prestação de contas.

54

Sobre o uso de indicadores em políticas públicas, analise as alternativas seguintes e assinale a única correta:

- (A) Indicadores de impacto medem diretamente atividades de eficiência operativa, como tempo de processamento.
- (B) Indicadores de produto descrevem condições sociais de longo prazo, como, por exemplo, a expectativa de vida em uma política de saúde.
- (C) Indicadores de processo capturam mudanças finais na população beneficiária.
- (D) Indicadores analíticos procuram sintetizar diversas métricas em um só índice.
- (E) Uma boa matriz de indicadores costuma encadear insumos, processos, produtos, resultados e impactos, incluindo definições, fórmulas e fontes.

Legislação institucional da CGE-SP e mecanismos de integridade

Ismael Noronha

55

Marque a incorreta de acordo com o Decreto n. 68.829/2024.

- (A) Configura nepotismo a situação em que uma autoridade, valendo-se do cargo ou função-atividade, nomeia, contrata ou designa cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou de função gratificada em sua área de influência.
- (B) As nomeações ou designações recíprocas envolvendo pelo menos um órgão ou entidade da Administração Pública estadual também configuram a prática de nepotismo.

- (C) É vedada a nomeação, designação ou contratação de parente de autoridade no âmbito de sua área de influência, independentemente de valimento do cargo ou função, da finalidade de obtenção de proveito ou benefício indevido, ou de violação dolosa aos deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade.
- (D) Em qualquer caso, é vedada a relação de chefia imediata entre parentes.
- (E) As situações de vedação ou de nepotismo previstas neste decreto deverão ser reportadas imediatamente ao Controlador Geral do Estado.

56

Marque a incorreta de acordo com o Decreto n. 68.829/2024.

- (A) Ficam obrigados à divulgação da agenda de compromissos públicos o Secretário de Estado, Procurador Geral do Estado e Controlador Geral do Estado.
- (B) audiência é a sessão pública de caráter presencial ou telepresencial, consultiva, aberta a qualquer interessado, com a possibilidade de manifestação oral dos participantes, com o objetivo de subsidiar o processo de decisão em âmbito de órgão ou entidade da Administração Pública estadual;
- (C) reunião é o encontro de trabalho em que não haja representação privada de interesses, mantido entre o agente público e uma ou mais pessoas externas ao órgão ou à entidade em que atue
- (D) Os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual deverão conferir tratamento isonômico àqueles que solicitarem audiências sobre a mesma matéria, permitida a realização de consulta pública ou de audiência pública para esse fim.
- (E) Cabe à Controladoria Geral do Estado instituir, manter e gerenciar sistema eletrônico para registro e divulgação da agenda de compromissos públicos dos agentes públicos contendo, no mínimo, a descrição sucinta do assunto, o local, a data e o horário de realização.

57

São mecanismos de governança pública, segundo o Decreto-Lei n. 68.159/2023, que estabelece a política de governança na administração pública direta e autárquica do estado

- (A) liderança, estratégia e controle.
- (B) liderança, estratégia e monitoramento.
- (C) monitoramento, estratégia e controle.
- (D) liderança, monitoramento e controle.
- (E) liderança, estratégia e desenvolvimento contínuo.

58

O exercício de cargo, emprego ou função públicos deverá observar os seguintes princípios e valores fundamentais, exceto:

- (A) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, motivação e eficiência.
- (B) Transparência, reforçando o compromisso com a boa governança e o interesse público.
- (C) Zelo pela imagem institucional dos órgãos e entidades.
- (D) Assiduidade e responsabilidade.
- (E) Otimização dos recursos disponíveis, preservação e defesa do patrimônio público e proteção socioambiental.

59

Ao Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo cabe, exceto:

- (A) Coordenar e articular as atividades de ouvidoria do Poder Executivo do Estado de SP.
- (B) Propor e coordenar ações com vistas a produzir informações estratégicas, a partir da análise de manifestações recebidas e avaliações realizadas por meio dos conselhos de usuários de serviços públicos.
- (C) Zelar pela interlocução efetiva entre o usuário de serviços públicos e os órgãos e as entidades da administração pública responsáveis por esses serviços.
- (D) Acompanhar a implementação e monitorar o cumprimento da Carta de Serviços ao Usuário.
- (E) Propor e coordenar ações com vistas a fomentar o exercício do direito constitucional de participação do usuário na administração pública direta. Em relação à administração indireta, tal competência é das ouvidorias setoriais.

60

Os órgãos e entidades deverão elaborar, divulgar, implementar e monitorar programa de integridade próprio, abrangendo, no mínimo, os seguintes eixos, exceto:

- (A) Monitoramento.
- (B) Gestão de riscos à integridade.
- (C) Legalidade.
- (D) Instituição de instância responsável por sua implantação e gestão.
- (E) Comprometimento da alta administração do órgão ou entidade.

Auditoria Governamental e Controle Interno

Cosme Sérgio

61

A Controladoria-Geral do Estado de São Paulo (CGE-SP) é o órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo. Segundo a Lei Complementar n. 1.419/2024, uma das principais finalidades desse sistema é:

- (A) exercer o controle contábil e financeiro sobre o Tribunal de Contas do Estado.
- (B) substituir o controle externo quando houver conflito de competência.
- (C) avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na LDO.
- (D) autorizar a execução orçamentária de todas as secretarias estaduais.
- (E) auditar exclusivamente as empresas estatais de capital misto.

62

Segundo o Decreto-Lei n. 69.183/2024, as Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIGs) são estruturadas para

- (A) executar exclusivamente auditorias financeiras sob demanda da CGE.
- (B) atuar de forma independente, sob orientação técnica da CGE-SP.
- (C) responder hierarquicamente à Secretaria da Fazenda.
- (D) substituir os órgãos de controle interno das autarquias.
- (E) atuar apenas em órgãos centrais da administração direta.

63

Durante auditoria no Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-SP), a equipe identificou falhas que comprometem a eficiência do atendimento ao público. Nesse caso, o Sistema de Controle Interno atua para

- (A) substituir o gestor na tomada de decisão administrativa.
- (B) avaliar resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão.
- (C) corrigir imediatamente todos os problemas operacionais.
- (D) aplicar sanções disciplinares aos responsáveis.
- (E) elaborar o orçamento anual do órgão.

64

Segundo o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental, o ciclo da auditoria compreende, entre outras, as seguintes etapas:

- (A) Planejamento, execução, comunicação de resultados e monitoramento.
- (B) Controle, supervisão, correção e responsabilização.
- (C) Avaliação, homologação, julgamento e apuração.
- (D) Fiscalização, revisão, correção e aprovação.
- (E) Inspeção, mensuração, contestação e relatório final.

65

O auditor responsável por uma auditoria operacional deve manter independência e objetividade em todas as fases do trabalho. Esses princípios estão previstos no:

- (A) Código Civil Brasileiro.
- (B) Manual de Orientações Técnicas da CGE.
- (C) Decreto-Lei n. 200/1967.
- (D) Estatuto dos Servidores Públicos do Estado.
- (E) Plano Plurianual 2024–2027.a)

66

De acordo com o Referencial Técnico, a Auditoria Interna Governamental deve contribuir para

- (A) controlar os gestores diretamente e aplicar sanções.
- (B) garantir a execução orçamentária.
- (C) avaliar e aperfeiçoar os processos de governança, riscos e controles.
- (D) supervisionar o controle externo do Tribunal de Contas.
- (E) substituir as unidades de ouvidoria.

67

Uma equipe da CGE-SP realiza uma auditoria para verificar se as políticas públicas de habitação atingiram seus resultados esperados. Essa auditoria é classificada como

- (A) auditoria de conformidade.
- (B) auditoria operacional.
- (C) auditoria contábil.
- (D) auditoria de regularidade.
- (E) auditoria investigativa.

68

O relatório de auditoria elaborado por uma equipe da UAIG deve conter, entre outros, os “achados de auditoria”, que compreendem

- (A) apenas o resumo dos problemas encontrados.
- (B) situação encontrada, causa, efeito e recomendação.
- (C) descrição genérica das atividades auditadas.
- (D) relação nominal dos auditores responsáveis.
- (E) justificativa para eventuais atrasos na entrega do relatório.

69

O planejamento de auditorias da CGE-SP deve priorizar áreas com maior vulnerabilidade e probabilidade de falhas. Essa metodologia denomina-se

- (A) auditoria de conformidade.
- (B) auditoria reativa.
- (C) auditoria baseada em riscos.
- (D) auditoria preventiva.
- (E) auditoria corretiva.

70

De acordo com a NBC TA Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, o auditor deve sempre obter

- (A) relatórios de gestão aprovados pela autoridade máxima.
- (B) evidência de auditoria suficiente e apropriada.
- (C) documentos originais autenticados.
- (D) relatórios de outros auditores para todos os períodos.
- (E) assinaturas físicas de todas as partes envolvidas.

71

A Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF), emitida pelo IIA, é adotada como referência pela CGE-SP. Um de seus componentes obrigatórios é:

- (A) Normas ISO 9001.
- (B) Princípios fundamentais.
- (C) Regulamento interno do órgão auditado.
- (D) Plano plurianual estadual.
- (E) Manual de procedimentos fiscais.

72

Durante uma auditoria, a equipe da CGE-SP identificou que os riscos operacionais do programa “Cidadania Digital” não estavam mapeados. Nesse contexto, a auditoria interna deve

- (A) elaborar o mapa de riscos da unidade auditada.
- (B) assumir a gestão dos riscos e implementar controles.
- (C) avaliar o processo de gestão de riscos e recomendar melhorias.
- (D) aplicar sanções aos gestores omissos.
- (E) arquivar a auditoria e relatar ao Tribunal de Contas.

73

No modelo das três linhas de defesa, adotado pela CGE-SP, a auditoria interna se enquadra

- (A) na primeira linha, como executora das atividades de controle.
- (B) na segunda linha, como coordenadora das políticas de conformidade.
- (C) na terceira linha, como avaliadora independente.
- (D) fora das três linhas, como órgão de assessoramento político.
- (E) simultaneamente em todas as linhas, conforme a estrutura do órgão.

74

Durante reunião de cooperação técnica entre a CGE-SP e o Tribunal de Contas, ficou evidente que

- (A) o controle interno substitui o controle externo quando há falhas na auditoria.
- (B) ambos possuem funções complementares de fiscalização e aperfeiçoamento da gestão pública.
- (C) o controle externo está subordinado à CGE-SP.
- (D) o controle interno tem competência para julgar contas de gestores públicos.
- (E) o controle externo supervisiona exclusivamente a atividade de auditoria.

75

Conforme o Código de Ética do IIA e o Manual da CGE-SP, o auditor interno deve

- (A) divulgar informações confidenciais a órgãos externos, se solicitadas.
- (B) agir com integridade, objetividade e zelo profissional.
- (C) manter relação hierárquica direta com a unidade auditada.
- (D) priorizar o interesse político da gestão estadual.
- (E) executar ordens administrativas sem questionamento técnico.

76

Durante uma auditoria no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a equipe da UAIG detectou que o órgão realiza suas auditorias internas sem comunicar previamente a CGE-SP, contrariando o Decreto-Lei n. 69.183/2024. À luz desse decreto e da Lei n. 1.419/2024, tal conduta prejudica, principalmente,

- (A) a autonomia técnica das auditorias setoriais.
- (B) a independência funcional das equipes internas.
- (C) a segregação entre as funções de controle e execução.
- (D) a unidade técnica e a coordenação central do Sistema de Controle Interno.
- (E) o princípio da economicidade na gestão dos recursos públicos.

77

Durante a elaboração do Plano Anual de Auditoria Baseada em Riscos, a CGE-SP identificou que um programa estadual de subsídios agrícolas apresentava alta probabilidade de irregularidades, mas baixo impacto financeiro. De acordo com a Resolução CGE n. 15/2023, o auditor deve

- (A) excluir o programa da amostra, pois o risco financeiro é reduzido.
- (B) incluir o programa apenas se houver denúncia formal.
- (C) priorizar programas de alto valor orçamentário, independentemente do risco.
- (D) considerar tanto a probabilidade quanto o impacto, aplicando critérios de julgamento profissional para definir prioridade.
- (E) aguardar a manifestação do controle externo antes de incluir o programa no plano.

78

Em relatório encaminhado à CGE-SP, uma equipe apresentou conclusões baseadas exclusivamente em entrevistas e observações sem documentação de suporte. Segundo o Manual de Orientações Técnicas (Resolução CGE n. 13/2023) e a NBC TA Estrutura Conceitual, esse relatório

- (A) atende integralmente aos requisitos, pois entrevistas são fontes legítimas de evidência.
- (B) deve ser aceito desde que o auditor assuma responsabilidade formal pelas conclusões.
- (C) é válido apenas se a autoridade auditada confirmar os achados.
- (D) é deficiente, pois as evidências devem ser apropriadas e suficientes, combinando fontes documentais e empíricas.
- (E) pode ser validado pela CGE-SP mediante assinatura digital do auditor responsável.

79

Em um órgão estadual, a segunda linha de defesa foi enfraquecida após a extinção da área de compliance, o que levou a falhas não detectadas pela primeira linha. A auditoria interna foi acionada para avaliar a causa. De acordo com o Modelo das Três Linhas (IIA, 2020), qual deve ser o foco principal dessa auditoria?

- (A) Revisar os procedimentos operacionais do setor financeiro.
- (B) Implantar controles automáticos para reduzir o erro humano.
- (C) Substituir a segunda linha e implementar as políticas de compliance.
- (D) Avaliar a eficácia do modelo de governança e recomendar o restabelecimento das funções de supervisão e conformidade.
- (E) Emitir parecer conclusivo sobre a responsabilidade disciplinar dos gestores.

80

Durante uma auditoria na Secretaria de Infraestrutura, um auditor interno recebeu convite para participar de um evento patrocinado pela empresa auditada. Considerando o Código de Ética do IIA e o Manual da CGE-SP (Res. 13/2023), a atitude correta do auditor é

- (A) aceitar o convite, desde que o evento tenha relevância técnica.
- (B) aceitar o convite e informar posteriormente à chefia imediata.
- (C) recusar o convite apenas se houver impacto financeiro pessoal.
- (D) recusar o convite, pois compromete a aparência e a percepção de independência.
- (E) participar do evento, desde que sem vínculo formal com a organização auditada.

Administração Financeira e Orçamentária e Finanças Públicas

Anderson Ferreira

81

O orçamento-programa é um modelo de gestão orçamentária que busca integrar o planejamento e a execução do orçamento, com foco na obtenção de resultados e na eficiência do gasto público. Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) O orçamento-programa tem como foco principal o controle político das despesas, sem vinculação com os objetivos e metas do governo.
- (B) No orçamento-programa, as despesas são classificadas apenas por sua natureza contábil, sem relação com os programas ou resultados esperados.
- (C) O orçamento-programa orienta-se pelos resultados das ações governamentais, relacionando os recursos financeiros aos programas e objetivos previstos no planejamento.
- (D) O orçamento-programa concentra-se apenas na previsão da arrecadação tributária, sem envolver a execução e o acompanhamento das políticas públicas.
- (E) O orçamento-programa é elaborado exclusivamente pelos órgãos de controle, com o objetivo de garantir o equilíbrio fiscal anual.

82

A elaboração do orçamento público com base na técnica do Orçamento Tradicional caracteriza-se, principalmente, por

- (A) enfatizar o controle político e contábil das despesas, com foco nos meios utilizados e não nos resultados alcançados.
- (B) priorizar a mensuração de desempenho das ações governamentais e a vinculação de recursos a programas e metas.

- (C) exigir a justificativa detalhada de todas as dotações a cada exercício, eliminando a influência de exercícios anteriores.
- (D) adotar a lógica da realocação completa dos recursos orçamentários, com base em análise crítica dos programas existentes.
- (E) integrar planejamento e orçamento, orientando-se pelos objetivos estratégicos do governo e pelos indicadores de resultado.

83

Em cada exercício financeiro, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a ser elaborado pelos entes federativos, deverá ser acompanhado do Anexo de Metas Fiscais, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. No Anexo de Metas Fiscais da União, devem ser apresentados(as)

- (A) as avaliações dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- (B) os marcos fiscais de médio prazo, com projeções para os principais agregados fiscais que compõem os cenários de referência, distinguindo-se as despesas primárias das financeiras e as obrigatórias daquelas discricionárias.
- (C) os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis, e ainda as metas de inflação, para o exercício seguinte.
- (D) todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão.
- (E) as medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.

84

Leia o fragmento a seguir.

Nenhum investimento cuja execução ultrapasse _____ poderá ser iniciado sem prévia inclusão _____, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

As lacunas do fragmento acima são corretamente preenchidas, respectivamente, por:

- (A) dois exercícios financeiros; na lei de diretrizes orçamentárias.
- (B) um exercício financeiro; na lei orçamentária anual.
- (C) um exercício financeiro; na lei de diretrizes orçamentárias.
- (D) um exercício financeiro; no plano plurianual.
- (E) dois exercícios financeiros; no plano plurianual.

85

Um dos importantes mecanismos de gestão do orçamento público é conhecido como “regra de ouro”. Nesse contexto, afirma-se corretamente que, em um exercício financeiro, a regra de ouro

- (A) permite que o total das operações de crédito superem as despesas de capital.
- (B) permite que o total das operações de crédito superem as despesas correntes.
- (C) proíbe que o total das operações de crédito superem as despesas correntes.
- (D) limita que as operações de crédito representem apenas 10% do total das receitas de capital.
- (E) proíbe que o total das operações de crédito superem as despesas de capital.

86

O ciclo orçamentário compreende as fases de elaboração, apreciação, execução e controle do orçamento público, observando competências e limites fixados na Constituição Federal. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- (A) A iniciativa de elaboração do projeto de lei orçamentária é concorrente entre os Poderes Executivo e Legislativo, pois o tema é de interesse comum entre os Poderes.
- (B) O Poder Legislativo pode aprovar diretamente o projeto de lei orçamentária anual, sem a iniciativa do Executivo, desde que observadas as diretrizes da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) A competência para deflagrar o processo legislativo orçamentário é exclusiva do Poder Executivo, cabendo a este encaminhar ao Legislativo os projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.
- (D) Em âmbito federal, o Tribunal de Contas da União possui competência para encaminhar o projeto de lei orçamentária referente ao orçamento de investimentos das empresas estatais dependentes.
- (E) O Ministério Público e o Poder Judiciário podem encaminhar diretamente ao Congresso Nacional suas propostas orçamentárias, com status de projeto de lei autônomo.

87

Considere a situação hipotética a seguir: um estado da federação necessita reforçar uma dotação já prevista no orçamento anual, com o intuito de custear um programa que já vinha sendo executado ao longo do exercício financeiro. Nessa circunstância, é possível a autorização de um crédito do tipo

- (A) extraordinário, pois a situação hipotética caracteriza situação urgente.
- (B) ordinário, pois se trata do custeio de um programa que já vinha sendo executado ao longo do exercício financeiro.
- (C) especial, que pode ser reaberto no exercício seguinte, desde que autorizado no primeiro quadrimestre do exercício financeiro atual.
- (D) suplementar, pois é o tipo de crédito adicional destinado ao reforço de dotações já previstas no orçamento.
- (E) especial, pois o reforço de dotações não previstas é custeado por crédito especial.

88

O orçamento público deve observar diversos princípios constitucionais e legais que asseguram sua efetividade, transparência e equilíbrio. Um desses princípios estabelece que, como regra geral, as receitas de impostos não podem ser destinadas a órgão, fundo ou despesa específicos, garantindo flexibilidade na gestão financeira do Estado e promovendo o equilíbrio fiscal. O princípio descrito no enunciado é o da

- (A) exclusividade.
- (B) universalidade.
- (C) não afetação.
- (D) discriminação.
- (E) unidade.

89

De acordo com as classificações orçamentárias estabelecidas pelo Manual Técnico de Orçamento (MTO) – Edição 2024, as receitas públicas são agrupadas em primárias e financeiras. Assinale a opção que apresenta um exemplo de receita financeira do Governo Federal.

- (A) Receitas provenientes do pagamento de impostos e taxas.
- (B) Receitas originadas da venda de bens e serviços públicos.
- (C) Receitas resultantes de dividendos pagos por empresas estatais.
- (D) Receitas obtidas com a disponibilização de títulos públicos no mercado.
- (E) Receitas arrecadadas com contribuições previdenciárias.

90

De acordo com a legislação do orçamento público no Brasil, o processo da despesa pública compreende uma sequência lógica de estágios que visam assegurar a legalidade, legitimidade e regularidade dos gastos públicos. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta corretamente um dos estágios da despesa pública.

- (A) Lançamento — consiste na verificação da procedência do crédito e na determinação do valor devido pelo contribuinte.
- (B) Empenho — consiste no ato da Administração que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- (C) Arrecadação — consiste no recebimento, pelos agentes competentes, das receitas públicas devidas ao Tesouro.
- (D) Recolhimento — corresponde à entrega dos valores arrecadados à conta única do Tesouro Nacional.
- (E) Previsão — é a estimativa dos valores de receitas e despesas que deverão constar da lei orçamentária anual.

91

Do Manual Técnico de Orçamento (MTO) depreende-se que a despesa pública pode ser classificada segundo diferentes óticas, a fim de possibilitar o adequado planejamento, execução e controle do gasto público. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A classificação funcional identifica a origem dos recursos financeiros utilizados para custear as despesas, sendo formada por categorias econômicas e grupos de natureza de despesa.
- (B) A classificação institucional representa o tipo de gasto segundo sua destinação e finalidade, agrupando as despesas por programas e ações governamentais.
- (C) A classificação por natureza da despesa indica o objeto do gasto, estruturando-se em categorias econômicas, grupos de natureza de despesa, modalidades de aplicação e elementos.
- (D) A classificação por esfera orçamentária define as despesas conforme o órgão executor, com foco nas atividades administrativas de cada unidade orçamentária.
- (E) A classificação programática é composta por subfunções e elementos de despesa, evidenciando a estrutura administrativa de cada ministério ou órgão equivalente.

92

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000) estabelece regras para a geração de novas despesas, buscando assegurar o equilíbrio das contas públicas e a responsabilidade na gestão fiscal. De acordo com essas regras de geração da despesa na LRF, é correto afirmar que

- (A) a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa deve estar acompanhada de declaração do ordenador de despesa de que o gasto possui adequação orçamentária, dispensada, entretanto, a estimativa de impacto orçamentário-financeiro.
- (B) O ordenador de despesa deverá comprovar a existência de prévia dotação orçamentária suficiente e de estimativa do impacto orçamentário-financeiro.
- (C) A criação ou aumento de despesa será considerada regular ainda que não haja prévia dotação orçamentária suficiente, desde que o gasto se enquadre como despesa obrigatória de caráter continuado.
- (D) É dispensável a estimativa do impacto orçamentário-financeiro quando a despesa for custeada por receitas vinculadas, já que não afeta o equilíbrio das contas públicas.
- (E) As exigências previstas para a geração da despesa, segundo a LRF, aplicam-se apenas às despesas de capital, sendo dispensadas para as despesas correntes, inclusive as de pessoal e encargos sociais.

93

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000), a despesa total com pessoal dos entes federativos deve observar limites definidos com base na Receita Corrente Líquida (RCL). Considerando os limites aplicáveis aos Estados, assinale a afirmativa correta.

- (A) A despesa total com pessoal dos estados não poderá ultrapassar o limite de 60% da RCL, sendo que o Poder Executivo estadual poderá comprometer até 49% da RCL.
- (B) O limite máximo de despesa com pessoal do Poder Executivo estadual é de 54% da RCL, sendo os 6% restantes distribuídos entre os demais Poderes.
- (C) O Poder Executivo estadual poderá ultrapassar temporariamente o limite de despesa com pessoal, desde que o excesso seja compensado no exercício subsequente, sem necessidade de medidas corretivas.
- (D) O limite global de despesa com pessoal dos Estados é de 50% da RCL, podendo cada Poder ou órgão autônomo administrar livremente seus percentuais.
- (E) O Poder Executivo estadual não está sujeito ao limite específico de despesa com pessoal, devendo apenas observar o limite global do ente federativo.

94

No Estado X, verificou-se que o Poder Executivo ultrapassou o limite máximo de despesa com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Após a constatação do excesso, nenhuma providência imediata foi adotada para sua eliminação. Passados dois quadrimestres, a despesa total com pessoal continuava acima do limite. Considerando as disposições da LRF, assinale a afirmativa correta.

- (A) O excesso poderá ser mantido indefinidamente, desde que as despesas estejam dentro do limite global de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) do estado.
- (B) Caso o excesso não seja eliminado nos dois quadrimestres seguintes, ficam automaticamente suspensas as transferências voluntárias, a concessão de garantias e a contratação de operações de crédito, exceto as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.
- (C) O ente poderá compensar o excesso de despesa com pessoal mediante aumento de receitas de capital, dispensando-se a redução de gastos.
- (D) A eliminação do excesso deverá ocorrer no mesmo exercício financeiro, sob pena de responsabilização apenas política do chefe do Poder Executivo perante o Poder Legislativo.
- (E) O Poder Executivo poderá manter o excesso de despesa com pessoal por mais de dois quadrimestres, desde que comprove que o aumento decorreu de reajuste salarial autorizado por lei aprovada em exercício financeiro anterior.

95

Acerca do Decreto-Lei n. 233/1970, que estabelece as normas para a estruturação dos sistemas de administração financeira e orçamentária da administração pública do estado de São Paulo, assinale a alternativa correta.

- (A) O órgão central é integrado na Secretaria de Governo.
- (B) Para efeito de elaboração e execução do orçamento, as unidades orçamentárias serão agrupadas em unidades de despesa.
- (C) A distribuição das dotações das unidades orçamentárias para as unidades de despesa será efetuada por meio de Lei de iniciativa parlamentar.
- (D) Cabe ao órgão setorial administrar, em nível central, o orçamento-programa.
- (E) Não haverá subordinação hierárquica entre os órgãos centrais, setoriais e subsetoriais.

96

Sobre o Decreto-Lei n. 62.867/2017, que dispõe sobre a centralização das operações de natureza financeira da administração direta e indireta do estado de São Paulo, assinale a alternativa correta.

- (A) O processamento de todas as movimentações financeiras de pagamentos a credores deve ser efetuado no Banco do Estado de São Paulo – Banespa.
- (B) Os repasses e transferências do produto da arrecadação de tributos e demais receitas estaduais devem ser efetuados mediante procedimentos definidos pela Secretaria de Casa Civil.
- (C) As devoluções de cauções e fianças estão compreendidas no referido Decreto.
- (D) As aplicações financeiras dos órgãos e entidades da administração direta devem ser centralizadas no Banco do Brasil S.A.
- (E) Cabe à Controladoria-Geral do estado fiscalizar o cumprimento das disposições do referido Decreto.

97

Suponha, hipoteticamente, que o governo de um país tenha apresentado, em 20X3, uma relação de dívida pública / PIB de 65%. Suponha, ainda, que o resultado primário seja igual a zero em 20X4, que a taxa nominal de juros sobre a dívida se mantenha em 10% a.a., que a inflação anual projetada seja de 4% e que o crescimento real previsto para a economia seja de 1% para 20X4. Considerando tempo contínuo, a relação de dívida pública / PIB desse país deve ter encerrado o ano de 20X4 em

- (A) 63,4%
- (B) 68,1%
- (C) 70,5%
- (D) 72,3%
- (E) 71,9%

98

As finanças públicas exercem papel essencial na gestão do Estado e no funcionamento das políticas econômicas e sociais. Nesse contexto, é correto afirmar que o objetivo das finanças públicas é

- (A) assegurar o equilíbrio entre as forças produtivas e as relações de trabalho, com vistas à estabilidade do mercado e à livre concorrência.
- (B) estudar os princípios e regras que disciplinam a relação jurídica entre o Estado e o contribuinte, buscando garantir a justiça fiscal e a arrecadação tributária eficiente.
- (C) analisar a atividade financeira do Estado, voltada à obtenção, gestão e aplicação de recursos públicos, de modo a satisfazer as necessidades coletivas e promover o bem-estar social.
- (D) avaliar a movimentação patrimonial do setor público, reconhecendo, mensurando e evidenciando os atos e fatos que alterem o patrimônio líquido do ente governamental.
- (E) controlar a execução orçamentária e financeira das entidades públicas, assegurando a conformidade dos registros contábeis com as normas legais e os princípios da contabilidade pública.

99

As finanças públicas constituem um campo essencial da gestão pública, diretamente ligada ao funcionamento e ao equilíbrio das contas governamentais. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o conceito de finanças públicas.

- (A) As finanças públicas estudam as normas jurídicas que disciplinam a instituição, arrecadação e fiscalização dos tributos, garantindo o cumprimento da obrigação tributária principal e acessória.
- (B) As finanças públicas têm por objeto a atividade financeira do Estado, abrangendo a obtenção de receitas e a realização de despesas públicas com o propósito de atender às necessidades coletivas e assegurar o interesse público.
- (C) As finanças públicas correspondem ao conjunto de técnicas contábeis aplicadas ao registro e à escrituração dos atos e fatos administrativos relacionados às receitas e despesas governamentais.
- (D) As finanças públicas tratam da mensuração e do reconhecimento contábil dos ativos, passivos e variações patrimoniais do setor público, com base nos princípios e normas da contabilidade aplicada ao setor governamental.
- (E) As finanças públicas tratam exclusivamente da execução orçamentária e financeira de cada unidade gestora, conforme os princípios da contabilidade patrimonial aplicada ao setor público.

100

Ao serem analisadas as finanças do setor público, quando se identifica um montante de R\$ 70 milhões em alienação de bens e um montante de R\$ 50 milhões em dividendos recebidos, tem-se, para a classificação das receitas,

- (A) R\$ 120 milhões em receita de capital.
- (B) R\$ 70 milhões em receita corrente e R\$ 50 milhões em receita de capital.
- (C) R\$ 120 milhões em receita de dívida ativa.
- (D) R\$ 70 milhões em receita de capital e R\$ 50 milhões em receita corrente.
- (E) R\$ 120 milhões em receita corrente.

Avaliação de Políticas Públicas

Leonardo Albernaz

101

O acompanhamento rotineiro de programas governamentais e a avaliação sistemática do que foi realizado cumprem papéis distintos e complementares no ciclo de gestão. Considerando essa diferença de natureza, escopo e uso, assinale a alternativa incorreta:

- (A) O monitoramento acompanha continuamente a execução, observando insumos, atividades e produtos para apoiar decisões operacionais e ajustes de curto prazo.
- (B) A avaliação busca explicar aspectos como resultados e impactos, examinando qualidade de implementação, mecanismos causais e alcance de objetivos para orientar decisões estratégicas.
- (C) Embora compartilhem bases de dados e indicadores, monitoramento e avaliação respondem às mesmas perguntas centrais e, por isso, são intercambiáveis.
- (D) O monitoramento oferece sinais de alerta e tendências que podem disparar investigações avaliativas mais profundas.
- (E) Uma avaliação consistente pode utilizar os achados do monitoramento como ponto de partida, mas costuma ir além com desenhos e técnicas próprios.

102

As análises realizadas antes e depois da implementação de uma política pública orientam decisões diferentes e exigem informações distintas. À luz dessas finalidades, assinale a alternativa correta:

- (A) A análise realizada antes da adoção de uma política pública destina-se a medir impactos que já ocorreram na realidade.
- (B) A análise realizada após a execução compara alternativas e cenários para decidir entre desenhos possíveis para a política pública.
- (C) A análise realizada após a adoção e modificações subsidia a decisão ao estimar custos, benefícios esperados, riscos e valor público projetado de alternativas factíveis.
- (D) A análise realizada depois da execução é incompatível com o uso de dados quantitativos e, por isso, limita-se a relatos descritivos.
- (E) Análises custo-benefício e custo-efetividade podem ser realizadas antes da adoção da política pública.

103

Em programas complexos, examinar como se executa e o que se alcança é essencial para aprender e aprimorar. Considerando essa distinção, assinale a alternativa incorreta:

- (A) A avaliação de processos investiga a fidelidade de implementação, a cobertura, os fluxos e os gargalos que podem comprometer a entrega.
- (B) A avaliação de resultados verifica mudanças observadas no público beneficiário e no sistema, em relação aos objetivos definidos.
- (C) A avaliação de processos torna-se dispensável quando há indicadores de impacto de boa qualidade e ampla disponibilidade, que permitam atestar o alcance dos objetivos finalísticos da política pública.
- (D) A avaliação de resultados perde força explicativa quando desconsidera os mecanismos e condições de implementação.
- (E) Combinar a análise de processos com a análise de resultados aumenta a utilidade para a gestão e para a prestação de contas.

104

As abordagens quantitativas e qualitativas respondem a perguntas de natureza distinta e podem ser combinadas de modo produtivo. Tendo isso em vista, assinale a alternativa correta:

- (A) Uma abordagem qualitativa não possui rigor suficiente para ser usada em avaliação.
- (B) Uma abordagem qualitativa é a única capaz de sustentar inferências causais em avaliação de políticas públicas, ao prover evidências com a qualidade necessária para a tomada de decisão.

- (C) A escolha entre métodos quantitativos e qualitativos é essencialmente baseada na experiência dos gestores e não nas questões a serem respondidas, sem reflexos relevantes na validade e na utilidade prática.
- (D) A integração de abordagens permite estimar a magnitude de efeitos e, ao mesmo tempo, explicar mecanismos e condições que os produzem.
- (E) Combinar abordagens dificulta a comunicação de resultados e tende a gerar sobreposição de esforços avaliativos.

105

Os critérios de desempenho de programas e políticas são frequentemente confundidos, mas cada um ilumina uma dimensão específica do desempenho. Considerando essas diferenças, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Eficiência observa a relação entre recursos utilizados e quantidade de produtos ou serviços entregues.
- (B) Eficácia verifica o grau de atingimento das metas e objetivos estabelecidos para o programa.
- (C) Efetividade examina mudanças reais na situação-problema ou no bem-estar do público alcançado.
- (D) Equidade e efetividade são equivalentes, pois ambas comparam custos e impactos sociais de longo prazo.
- (E) É possível cumprir metas e, ainda assim, utilizar recursos de forma pouco econômica.

106

Além de produzir informações para prestação de contas, monitoramento e avaliação têm valor gerencial, apoiando decisões, priorizações e aprendizagem institucional. À luz dessa utilidade mais ampla, assinale a alternativa correta:

- (A) O monitoramento e a avaliação interessam prioritariamente a instâncias de controle, podendo, de forma subsidiária, contribuir para decisões internas de gestão.
- (B) Quando integrados ao processo decisório, o monitoramento e a avaliação orientam alocação de recursos, correções de desenho e expansão do que gera bons resultados.
- (C) Por serem essencialmente técnicos, o monitoramento e a avaliação são imunes a disputas de interesse e à influência de valores políticos.
- (D) A adoção de monitoramento e avaliação pode reduzir a transparência por tornar os relatórios excessivamente técnicos.
- (E) A existência de informações robustas para monitoramento permite dispensar regras sobre padrões, qualidade e segurança de dados.

107

Toda análise possui limitações e vieses potenciais que precisam ser reconhecidos para evitar conclusões enganosas. Considerando riscos típicos, assinale a alternativa incorreta:

- (A) A análise realizada antes da adoção evita, por definição, superestimativa de benefícios e subestimas de custos, impedindo decisões excessivamente otimistas.
- (B) A análise realizada depois da execução pode sofrer com a seleção de beneficiários de modo não comparável, dificultando a atribuição de efeitos à política.
- (C) A análise realizada antes da adoção deve utilizar dados, não se baseando apenas em opiniões e impressões.
- (D) A análise realizada depois da execução pode não dispor de comparação adequada, enfraquecendo a inferência sobre o que teria ocorrido sem a política.
- (E) Uma boa análise realizada antes da adoção testa suposições, combina diferentes fontes de evidência e realiza exercícios de sensibilidade.

108

Um arranjo consistente de indicadores deve refletir a lógica de atuação do programa e permitir leitura coerente de desempenho e efeitos. Nessa perspectiva, assinale a alternativa correta:

- (A) Indicadores de processo que preenchem atributos de qualidade e robustez técnica são suficientes para concluir sobre impacto na realidade social.
- (B) Indicadores de resultado medem principalmente processos e produtos internos, como o volume de relatórios concluídos e disponibilizados.
- (C) Indicadores de produto capturam mudanças sociais de longo prazo, indicativas da efetividade da política pública.
- (D) Uma boa cesta de indicadores busca evidenciar a conexão lógica entre processos, produtos e resultados.
- (E) Indicadores de processo e de resultado são incompatíveis, por se referirem a momentos e dimensões específicas das políticas públicas.

109

A validade do conhecimento produzido depende do desenho e da aderência entre pergunta, método e dados disponíveis. Considerando esse princípio, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Estudos quantitativos podem favorecer generalização quando utilizam amostras amplas e representativas e desenho adequado.
- (B) Estudos qualitativos aprofundam a compreensão de mecanismos e contextos, contribuindo para explicações mais ricas sobre as razões pelas quais algo funciona.
- (C) Se o estudo quantitativo tem validade interna, ele permite a generalização analítica de achados para a política pública em análise.
- (D) A escolha metodológica deve decorrer das perguntas avaliativas e dos usos pretendidos para os achados.
- (E) A combinação de métodos pode equilibrar validade interna, validade externa e poder explicativo.

110

Sobre as dimensões do desempenho e seus indicadores correspondentes, pode-se afirmar que:

- (A) Eficiência mede a capacidade dos processos de produzir satisfação do usuário e percepção de qualidade.
- (B) Eficácia pode ser inferida por métricas gerais de desempenho, de forma independente de metas específicas de bens e serviços.
- (C) Eficácia corresponde ao impacto de longo prazo.
- (D) Eficiência e efetividade podem ser usadas como sinônimos na prática cotidiana de gestão.
- (E) Efetividade pode exigir séries históricas e dados externos ao programa para captar mudanças na situação-problema.

111

A credibilidade das informações depende de práticas sólidas de gestão de dados, desde a produção até a divulgação. Considerando esse requisito, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Padrões de metadados, dicionários e catálogos podem ser dispensados desde que a equipe domine os indicadores por mecanismos de conhecimento tácito.
- (B) A qualidade dos dados, incluindo completude, consistência e tempestividade, influencia diretamente as conclusões de uma avaliação.
- (C) Rastrear a origem e as transformações dos dados aumenta a confiabilidade e facilita a auditoria e a reprodução dos resultados.
- (D) O uso de identificadores únicos e chaves de integração reduz duplicidades e erros de vinculação entre bases.
- (E) Políticas de acesso e de segurança são parte essencial da gestão de dados que sustentam monitoramento e avaliação.

112

A escolha de indicadores deve refletir com precisão a dimensão que se pretende observar. Considerando exemplos comuns, assinale a alternativa correta:

- (A) Custo por unidade entregue é exemplo típico de indicador de eficácia.
- (B) Proporção de metas anuais atingidas é exemplo típico de indicador de eficácia.
- (C) Redução da mortalidade infantil ao longo de uma década é exemplo típico de indicador de equidade.
- (D) Tempo médio de atendimento por caso é exemplo típico de indicador de efetividade.
- (E) Índice de satisfação do usuário substituí, de forma suficiente, os três critérios analisados.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público**Rodrigo Machado****113**

As entidades do setor público possuem transações que devem ser reconhecidas contabilmente de acordo com o regime de competência. Dentre essas transações há as apropriações contábeis relacionadas ao 13º salário e, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, o reconhecimento contábil mensal será:

- (A) Reconhecimento mensal de uma variação patrimonial qualitativa correspondente a 1/12 do montante
- (B) Reconhecimento mensal de uma variação patrimonial diminutiva e uma diminuição correspondente no ativo.
- (C) Reconhecimento de um passivo e uma variação patrimonial diminutiva diretamente no ativo, correspondente a 1/12 do montante.
- (D) Reconhecimento anual, ao final do período e no momento da emissão da nota de empenho.
- (E) Reconhecimento mensal de uma variação patrimonial diminutiva e um aumento no passivo correspondente, representando 1/12 do montante.

114

A prefeitura de Biquin Foiçado possui aplicações financeiras que são classificadas como caixa e equivalentes de caixa. De acordo com o MCASP, na apresentação das demonstrações contábeis essas aplicações devem:

- (A) Ser consideradas como pós-fixadas e ajustadas a valor pretérito.
- (B) Reconhecidas em contas de resultado e ser encerradas ao final do exercício financeiro.
- (C) Mensuradas a valor justo e atualizadas até a data da publicação das demonstrações contábeis.
- (D) Atualizadas levando em consideração todos os encargos incorridos até o final do exercício financeiro.
- (E) Ajustadas de acordo com marcação a mercado ou na curva, sendo a forma de mensuração definida pela prefeitura.

115

Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade, com expectativas de benefício econômico ou potencial de serviços, sendo necessária a mensuração com confiabilidade. No que diz respeito ao controle, são indicadores, exceto:

- (A) A propriedade.
- (B) A capacidade de utilizar o recurso.
- (C) A capacidade de negar o acesso de terceiros não autorizados.
- (D) Mecanismos que assegurem que o recurso será utilizado para o alcance dos seus objetivos.
- (E) Existência de direito legítimo sobre o recurso e sua capacidade de gerar benefício econômico, apenas.

116

No plano de contas aplicado ao setor público existem as contas contábeis que são utilizadas para o controle das variações patrimoniais (aumentativas e diminutivas) e o reconhecimento contábil destas variações é realizado de acordo com:

- (A) Os pagamentos.
- (B) O fato gerador.
- (C) Os recebimentos.
- (D) O empenho para as despesas.
- (E) A arrecadação para as receitas.

117

Uma entidade do setor público recebeu um lote de equipamentos de informática, ficando como responsável pela retirada e transporte dos itens até a sua sede. A doação possui requisitos que devem ser cumpridos pela entidade recebedora, para somente então ser realizada a transferência inequívoca de controle. No reconhecimento contábil dos itens a entidade deverá debitar uma conta do ativo (classe 1) e como contrapartida, creditar uma conta do:

- (A) Passivo (classe 2).
- (B) Variação Patrimonial Aumentativa (classe 3).
- (C) Variação Patrimonial Diminutiva (classe 3).
- (D) Variação Patrimonial Aumentativa (classe 2).
- (E) Ativo (classe 1), como redutora.

118

Uma secretaria da saúde realiza a manutenção preventiva de seus elevadores que representam gastos de R\$ 4.000 referentes a peças de reposição e R\$ 5.500 referentes a honorários técnicos. Esses gastos devem ser reconhecidos mensalmente de acordo com o regime de competência como:

- (A) R\$ 4.000 como ativo imobilizado e R\$ 5.500 como despesas com manutenção.
- (B) R\$ 9.500 como despesas com manutenção.
- (C) R\$ 5.500 como ativo imobilizado e R\$ 4.000 como despesas.
- (D) R\$ 9.500 como investimentos.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores.

119

Em relação ao balanço orçamentário de uma entidade do setor público, assinale a opção correta:

- (A) Compreende o ativo, o passivo, o patrimônio público e as contas de compensação.
- (B) Detalha as receitas previstas e as despesas executadas, apenas.
- (C) Evidencia o resultado orçamentário do período com base nas despesas liquidadas e as receitas previstas.
- (D) Evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes da execução orçamentária, indicado o resultado financeiro do período.
- (E) Detalha as receitas previstas e realizadas, assim como as despesas que foram fixadas e executadas no período do exercício financeiro.

120

Justinbirbenson contador da prefeitura de Sabiávuano está em processo de fechamento do exercício financeiro e elaboração das demonstrações contábeis e possui os saldos detalhados a seguir:

Receitas: tributárias: R\$ 60.000;
Alienação de bens: R\$ 20.000;
Patrimoniais: R\$ 50.000;
Operações de crédito: R\$ 90.000;
Despesas: com pessoal: R\$ 110.000;
Investimentos: R\$ 60.000.

O resultado corrente apurado é de:

- (A) Superávit de 120 mil
- (B) Déficit de 120 mil
- (C) Superávit de 70 mil
- (D) Nulo
- (E) Déficit de 70 mil

Discursiva

Leonardo Murga

Discursiva 1

Nos últimos anos, a sociedade brasileira tem exigido maior transparência e efetividade no uso dos recursos públicos. Nesse contexto, as Controladorias-Gerais assumem papel central no fortalecimento da governança pública e na prevenção de irregularidades, atuando tanto no controle interno da Administração quanto na orientação dos gestores públicos.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 74, determina que os Poderes da União mantenham, de forma integrada, sistemas de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas do plano de governo, a execução dos programas e a legalidade dos atos de gestão. Complementarmente, a Lei n. 10.180/2001 e as legislações estaduais correlatas reforçam que a função do controle interno não se limita à verificação contábil, mas compreende também a auditoria, a correição, a prevenção e o combate à corrupção.

Em um cenário de restrições fiscais e demandas crescentes por eficiência administrativa, a auditoria governamental passou a ser instrumento fundamental para subsidiar decisões e aprimorar políticas públicas, fornecendo evidências que permitem reduzir riscos, melhorar resultados e garantir o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos no artigo 37 da Constituição.

Nesse diapasão, a atuação estratégica das Controladorias é indispensável à consolidação do Estado Democrático de Direito, pois reforça a responsabilização (*accountability*), a transparência e o aperfeiçoamento da gestão pública.

Num texto dissertativo-argumentativo, em língua culta, de 30 a 60 linhas, analise a importância institucional das Controladorias-Gerais enquanto órgãos centrais do controle interno na prevenção de irregularidades e na promoção da boa governança pública. Além disso, destaque a relevância constitucional do controle interno, sua integração com as auditorias governamentais e proponha medidas que possam fortalecer sua atuação no âmbito estadual, especialmente no Estado de São Paulo.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

A Constituição Federal de 1988 consagrou o princípio da responsabilidade na gestão fiscal, impondo aos gestores públicos o dever de planejar, executar e controlar os gastos públicos em observância aos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência. O art. 165 da Carta Magna, ao estruturar o ciclo orçamentário em torno do PPA, da LDO e da LOA, reforça a necessidade de integração entre planejamento e execução, a fim de assegurar o uso racional dos recursos públicos e a efetividade das políticas governamentais.

Outrossim, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000) e as leis de finanças estaduais estabeleceram marcos normativos voltados à transparência e à responsabilidade na gestão orçamentária. Contudo, a prática administrativa ainda enfrenta riscos de ineficiência, desvios de finalidade e distorções informacionais que dificultam a correta alocação de recursos e comprometem o controle social.

Nessa toada, a relação entre o gestor público e a sociedade é marcada por assimetria de informação, uma vez que o agente detém conhecimento técnico e controle sobre as decisões de gasto, enquanto o principal depende de mecanismos de controle e

transparência para acompanhar a execução orçamentária. Essa assimetria pode gerar comportamentos oportunistas, como omissões, manipulações de resultados ou má aplicação de recursos.

Ato contínuo, o controle interno e a auditoria governamental exercem papel essencial na redução dessas assimetrias, ao promover a prestação de contas (*accountability*) e ao fornecer informações fidedignas que subsidiem tanto o controle externo quanto a participação cidadã. Além disso, fortalecem a governança pública, assegurando que o orçamento cumpra sua função constitucional de instrumento de planejamento e transformação social.

Num texto dissertativo-argumentativo, em língua culta, de 30 a 60 linhas, analise a importância do controle interno na mitigação dos problemas decorrentes da Teoria da Agência e da Assimetria de Informação no contexto da gestão orçamentária e financeira do Estado.

Explique, também, como o controle interno ajuda no fortalecimento da responsabilidade fiscal, da transparência, da boa governança pública e nos demais princípios diletos à administração pública, bem como apresente medidas concretas que possam aperfeiçoar os sistemas de controle e reduzir as falhas de agência no âmbito da administração estadual, especialmente no Estado de São Paulo.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.




TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

 Quero ser assinante ilimitado agora